

Cardoso quer que país saia da "era Vargas"

313

■ Em discurso de despedida do Senado, presidente eleito expõe agenda de reformas para abertura de novo ciclo de crescimento

DORA KRAMER

BRASÍLIA — O presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, definiu ontem, em seu discurso de despedida do Senado, a agenda de reformas que pretende implantar no país, com o Congresso e a sociedade, ao longo de seus quatro anos de mandato. "Não haverá primeiros cem dias de anúncios bombásticos", assegurou ao apresentar — sem meias palavras nem raciocínios tortuosos — uma "agenda da modernização" para que o Brasil decreta, de uma vez por todas, o fim da "era Vargas" e inicie um novo ciclo de desenvolvimento a longo prazo.

Embora tenha exposto com clareza o que pretende, evitou detalhar os pontos das reformas prometendo fazer isso em sua mensagem como presidente empossado ao Congresso Nacional. No geral, não surpreendeu pois limitou-se a consolidar as propostas que pregou ao longo da campanha e expôs em seu programa de governo. Causou apenas alguma surpresa quando defendeu a integração das organizações não-governamentais, as ONGs, no espectro de parceiros do Estado. Nesse sentido, cunhou até um novo nome para elas: "Organizações neo-governamentais".

Ironia — Diante de um plenário cheio de senadores, deputados, ministros já conhecidos mas ainda não confirmados oficialmente, Fernando Henrique resumiu o estado do Brasil: "Estamos atrasados em relação à vida". Para exemplificar, contou que nesta última viagem a Miami uma simples antena de televisor de hotel dava acesso a mais de mil canais do mundo inteiro. "E nós ainda pensamos que detemos o monopólio das telecomunicações", ironizou, num dos momentos de improviso em que deixou de lado o texto de 15 páginas. Um dos trechos, foi reservado a agradecimentos especiais ao presidente Itamar Franco, "pela oportunidade que me deu de conduzir o enfrentamento desse desafio".

Fernando Henrique fez refe-

rências elogiosas ao Congresso como instituição capaz de solucionar impasses e promover avanços, como as eleições diretas, a transição pacífica do regime militar para o civil, o processo de *impeachment* de Collor e a CPI do Orçamento. Mas alertou para a necessidade de que os depositários do voto da confiança popular saibam superar suas deficiências para atender aos anseios da sociedade. "O povo, que hoje ensaia uma reconciliação com o poder, será duro conosco se amanhã sofrer mais uma decepção."

Ideologia — Lembrou que a grande abstenção nas últimas eleições, os votos nulos e em branco são um sinal de que "as reservas de esperança do povo podem ser grandes, mas não são inesgotáveis". Ao marcar as últimas eleições como "o fim da transição iniciada há 16 anos pelo presidente Geisel", o presidente eleito disse que a disputa indicou também que a política e os políticos brasileiros evoluíram. "Saímos da refrega eleitoral sem cicatrizes pessoais ou partidárias", lembrou, acrescentando que aqui também, como no mundo, as fronteiras ideológicas entraram em colapso.

Como exemplo, citou a pouca importância dada pelo eleitorado às tentativas de se estabelecer divisões entre apoiadores e opositores do regime militar e o fato de, no segundo turno, todas as forças terem estabelecido alianças a despeito de diferenças ideológicas. A referência clara à aliança com o PFL e aos acordos feitos pelo PT nas eleições para governador foi corroborada pelos próprios petistas ao final do discurso.

O deputado Florestan Fernandes, do PT paulista, sociólogo e ex-professor de Fernando Henrique, mesmo doente e andando com dificuldade, fez questão de ser o primeiro a cumprimentá-lo, ainda na tribuna. O senador Eduardo Suplicy foi o único a pedir um aparte, ao qual imprimiu um sentido senão de apoio, mas de boa convivência.

Alguns tópicos estiveram pre-

sentes em todo o discurso: a defesa da necessidade da estabilização da moeda, o ataque aos "arranjos corporativos", a rejeição ao clientelismo, o engajamento do governo como um todo no projeto proposto por ele, a abertura da economia e a necessidade de reformas na Constituição. Ao apresentar suas propostas de alteração na Carta, que enviará ao Congresso em fevereiro, fez, como ex-constituente, um *mea culpa* por ter avalizado propostas hoje superadas no mundo todo e defendeu que os parlamentares reduzam ao mínimo necessário o texto da Constituição.

Confiança — Segundo ele, em 1988 os congressistas estavam tomados por um "afã constitucionalizador". Isso, segundo ele, retirou do debate político nacional muitas questões. "O cidadão precisa aprender a confiar na lei e não a acreditar que a Constituição garante tudo", disse.

Para o presidente eleito, as reformas mais prementes são a fiscal e da ordem econômica. As duas estão estreitamente ligadas ao seu projeto de fazer com que o Estado brasileiro, reformado, recupere sua capacidade de investimento e ainda, em parceria com a iniciativa privada, possa dotar o país de uma infra-estrutura moderna na economia e nas áreas sociais. Na opinião dele, a presença do capital privado nesses setores permite que o Estado invista no essencial: saúde, educação e cultura.

"Como a sociedade não suporta aumento de impostos e o governo não tem de onde tirar mais recursos, a saída são as parcerias ou então pagarão todos com o preço da inflação", disse num dos improvisos. Quando defendeu a inclusão das ONGs nessas parcerias, a idéia de Fernando Henrique é que elas atuem mais na área social, para garantir a participação da comunidade e clarear "a zona cinzenta do clientelismo e da corrupção, onde tantos recursos e tantas boas intenções já se extraviam".

Brasília — Luiz Antonio



O petista Florestan Fernandes foi o primeiro a cumprimentar Cardoso